

GIANNETTI, Eduardo. *Trópicos utópicos: uma perspectiva brasileira da crise civilizatória*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

ANACRONISMO NADA DELIBERADO como repensar o ensaísmo brasileiro

João Cezar de Castro Rocha

Historiador e professor de Literatura da UERJ. Doutor em Letras pela mesma instituição e Doutor em Literatura Comparada pela Universidade de Stanford

TRÓPICOS UTÓPICOS SUSCITA UM PROBLEMA FASCINANTE: COMO LER UM texto ostensivamente anacrônico? O subtítulo do livro explicita o projeto: “Uma perspectiva brasileira da crise civilizatória”. Por isso, os trópicos não são tristes, como os de Claude Lévi-Strauss, porém esperançosos.

Eduardo Giannetti examina a crise contemporânea, desdobrada em três níveis, a fim de encarecer uma possível contribuição brasileira para a superação dos dilemas atuais.

Isso mesmo: uma forma propriamente nossa, cujo potencial de universalidade autorizaria supor a noção mesma de trópicos utópicos.

Tal projeto esclarece tanto a estrutura do livro quanto seu anacronismo.

Começemos pela estrutura.

Melhor: escutemos o autor: “As três primeiras partes abordam respectivamente os três ídolos da modernidade – a ciência, a tecnologia e o crescimento econômico – e os impasses oriundos dos seus cultos” (GIANNETTI, 2016, p. 13)¹. Por meio de breves seções, por vezes fragmentos, por vezes microensaios, Giannetti

¹ Nas próximas citações, mencionarei apenas o número da página.

detalha os impasses, de modo a preparar a conclusão, que responde à pergunta-chave do livro; pergunta, aliás, que trai um sabor irremediavelmente oitocentista: “A que vem, afinal, o Brasil como nação?” (p. 12).

O estudo do mal-estar da civilização produziu clássicos incontornáveis: de Spengler a Freud, de Schopenhauer a Adorno e Horkheimer, de Marcuse a Foucault – e a lista poderia seguir à exaustão. No fundo, o diagnóstico dessa crise é um gênero que molda a imagem da cultura ocidental.

Mário Ferreira dos Santos escreveu uma instigante Filosofia da crise, argumentando que a crise é inerente à ação humana. José Guilherme Merquior dedicou sua obra à análise da crise instalada pela modernidade, e isso em chave similar à proposta por Giannetti.

No tocante ao exame da “crise civilizatória”, portanto, não há surpresas em *Trópicos utópicos*, e mesmo seu diagnóstico pode ser apreendido como uma reciclagem competente de diversos autores.

(O que não é pouco – reconheço.)

A originalidade do livro, contudo, residiria no “esboço de utopia do anacronismo-promessa chamado Brasil” (p. 12).

Tal passagem é relevante, pois revela a consciência de Giannetti acerca do caráter anacrônico do esforço: “Trópicos utópicos: no desconcerto plural de uma civilização em crise descortinar a pauta e o vislumbre de uma utopia brasileira no concerto das nações” (p. 12).

“Concerto das nações” – expressão cara ao século XIX... Tal expressão sustentou a ideia de uma essência nacional cuja singularidade ajudaria a compor um amplo mosaico, cabendo ao perfil de cada nação um aporte específico para a harmonia universal. A proposta é tão obsoleta que surpreende que seja resgatada em pleno século XXI.

Contudo, não importa: toda a questão consiste em saber se o anacronismo é deliberado ou involuntário. No primeiro caso, brilha a agudeza e o engenho do “anacronismo deliberado e das atribuições errôneas” do Pierre Menard borgiano. Infelizmente, porém, *Trópicos utópicos* é definido por um anacronismo insciente cuja leitura chega a constranger. Nem mesmo os títulos definidores do pensamento social brasileiro, especialmente nas décadas de 1920 e 1930, flertam com o lugar-comum com a desinibição da escrita do ensaio em tela. Afinal, esses clássicos sempre oscilaram, produtivamente, entre a busca da identidade

nacional e a descoberta da precariedade tanto da nação quanto da própria iniciativa.

Pelo contrário, Giannetti parece ter identificado os traços do Brasil bem brasileiro.

E isso para além de qualquer dúvida.

Vejamos.

Na seção 112, o leitor descobre parte da equação verde-amarela imaginada pelo autor: “A África dá o melhor do Brasil” (p. 151). Ora, seis seções adiante, contudo, afirma-se: “A mistura das línguas é a mistura dos genes por outros meios” (p. 162). A contradição salta à vista: se a mistura é o “Brasil”, então, o “melhor do Brasil” deveria ser uma mescla, por definição, plural e inclusiva – nunca, em circunstância alguma, exclusiva, e muito menos excludente.

Não é tudo; para além da contradição lógica, o juízo é empobrecido por estereótipos rasteiros.

Veja se exagero.

Na seção 113, opõe-se “barraco objetivo, palácio subjetivo”. Giannetti recorda “no início dos anos 1980 [...] um documentário sobre as condições da vida numa favela do Rio de Janeiro” (p. 152).

Barraco objetivo – claro está.

Eis que surge o palácio subjetivo no registro de “um dia na vida de uma jovem favelada” (p. 152). Com lentes de antropólogo de gabinete, Giannetti observa sem constrangimento aparente:

Em meio à pobreza, ela irradiava uma energia alegre e espontânea, uma satisfação íntima consigo mesma e uma libido exuberante que jamais se encontraria numa inglesa de sua idade, não importando a classe social – e mesmo no verão (p. 153).

Não discutirei o lugar-comum – “libido exuberante”, como se a Rita Baiana, de *O cortiço*, fosse uma personagem atemporal na paisagem dos trópicos luxuriosos, marcados por um verão eterno –, porém destaco a ingenuidade do comentário. Como se o documentário fosse uma mera reprodução da “realidade”; como se não houvesse o trabalho de edição; como se a filmagem não influenciasse o comportamento da “jovem favelada”.

E o que dizer do fecho da frase: “e mesmo no verão”? Uma inesperada “síndrome de Meursault” deveria alterar o comportamento das sisudas inglesas? A ausência de crítica, prévia, sobre os pressupostos da reflexão compromete, e muito, a escrita de Eduardo Giannetti.

O tema retorna obsessivamente e recebe sua formulação mais explícita na seção 122: “Que nossa conhecida aversão ao suor bíblico, longe de ser fraqueza, apatia ou preguiça, é apenas a contrapartida de uma irrefreável vocação para o suor dionisíaco?” (p. 170).

De fato? “Aversão ao suor bíblico” numa sociedade fundada na escravidão e ainda hoje dominada por níveis inaceitáveis de desigualdade?

Por fim, o estereótipo se desnuda num ato falho decisivo: “Uma nação que se educa e civiliza, *mas* preserva a chama da vitalidade iorubá filtrada pela ternura portuguesa” (p. 172, meu destaque). Esqueçamos o apagamento da presença indígena. Destaquemos o uso infeliz da conjunção adversativa “mas”. A “vitalidade iorubá” é a tal ponto um obstáculo inquietante que necessita ser “filtrada”? Ela se opõe tão tenazmente à educação e à civilização? Por isso, sua presença exige a cautela gramatical: *mas*?

Ao mesmo tempo, tais traços, que, em tese, seriam o próprio do Brasil brasileiro, ameaçam tornar-se uma potência etimologicamente utópica, isto é, sem lugar determinado – e isso para valer.

Escutemos o autor:

Como o Carnaval e outras festas populares evidenciam, “a teimosa vocação de felicidade” dos brasileiros em meio à precariedade da vida material parece buscar qualquer brecha ou pretexto a fim de se expressar. Mas, se essa vocação é traço brasileiro, ela não nos é peculiar. O palácio subjetivo não parece estar menos em casa e à vontade no Rio, Salvador ou Recife do que em Lagos, Havana ou Bogotá (p. 154).

Como assim? Então, o perfil dos trópicos utópicos resgata a etimologia e se estiola numa potência que ignora a noção de latitude? É o que a sentença sugere; mas, se for assim, o argumento do livro se perde. Dez páginas adiante, o leitor, contudo, encontra a celebração de nossa diferença irredutível; essa “teimosa vocação de felicidade” – e nem perguntarei pelo sentido do escrito.

(Afinal, vale o escrito – como se diz no jogo do bicho.)

A contradição entre as passagens é nada menos do que perturbadora:

A realidade da favela, é claro, ficava a poucos passos (de samba?) daquela mágica cena, como um resenhista do livro não deixou de acenar. É fato – e da maior gravidade. E, não obstante, a pergunta se impõe: haveria outra nação no mundo onde algo semelhante ao vivido

por Ehrenreich no Rio pudesse ter acontecido? – O dom da vida como celebração imotivada (p. 164).

O leitor volta dez páginas no livro e responde: Nigéria, Cuba e Colômbia...

Tais contradições encontram-se em todo o texto, pois o autor naturaliza o dado que, pelo contrário, deveria ser o objeto primeiro de sua reflexão: a noção mesma de civilização brasileira.

Por isso, Giannetti pode escrever frases do seguinte jaez, dominadas pela mais absoluta despreocupação com o objeto de seu exame:

Se o Brasil não se tornou um rebento bem-sucedido e bem-comportado do clã ocidental é porque ele, em essência, *não* o quis: porque não estava – e não está – disposto a sacrificar valores que lhe são caros no altar do ‘sucesso’ definido e ditado pela métrica ocidental (p. 167, destaques correm por conta e risco do autor).

Recordo “Hino nacional”, poema de Carlos Drummond de Andrade. Após recordar, ironicamente, variegados esboços de trópicos utópicos, eis que o “Brasil”, em essência, se revolta, expressando o que nunca quis:

O Brasil não nos quer! Está farto de nós!
Nosso Brasil é no outro mundo. Este não é o Brasil.
Brasil nenhum existe. E acaso existirão os brasileiros?

Pois é: três versos que valem por muitos livros.

Concluo.

Uma lástima que o esforço de Eduardo Giannetti tenha caído na armadilha de um essencialismo ultrapassado. Isso porque o gesto – pensar o Brasil – é uma das tarefas mais urgentes nos tempos belicosos que vivemos.

Mas: não nos enganemos: a tarefa do pensamento não pode ser outra: pensar.

Was heißt Denken?

No fundo, ninguém sabe.

Mas uma direção é precisa: pensar exige radicalidade.